

A Constituinte e as Empresas

FIESP começa a analisar o impacto das decisões na área de trabalho

por Antônio Gutierrez de São Paulo

Os empresários estão preocupados com as emendas aprovadas pela Constituinte no capítulo relativo aos Direitos Sociais. Mas ainda é cedo para uma avaliação detalhada do impacto sobre os custos que essas emendas podem causar às empresas.

O ponto mais preocupante até agora, segundo ele, é a obrigatoriedade da redução de oito para seis horas dos turnos de trabalho das empresas que mantêm uma atividade ininterrupta.

Outra dúvida existente entre os membros da CNI é sobre quem vai arcar com as despesas dos trinta dias adicionais dados à gestante.

AVANÇOS Ao contrário das posições de Silva, o diretor de recursos humanos da Semco,

Construção civil teme os efeitos recessivos

por Ana Cláudia Cruz de São Paulo

O aumento dos encargos sociais, decorrente das medidas aprovadas na quinta-feira pela Assembleia Nacional Constituinte, deverá encarecer a construção civil. Alguns empresários do setor acreditam que as medidas vão gerar mais inflação acelerando o processo recessivo.

O custo da mão-de-obra representa, normalmente, 40% dos custos totais da obra (hoje, com os salários achatados, representa de 30% a 35%).

Na verdade, o empresário prefere não fazer comentários definitivos a respeito dos novos direitos trabalhistas. "São muitos itens e ainda esperamos a regulamentação deles", diz Eduardo Ribeiro Capobianco, diretor do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo, garantindo, no entanto, que já se pode concluir que a construção vai ficar mais cara.

Jorge Judas Manubens, diretor-superintendente da Racional Engenharia S.A., construtora que executa principalmente obras industriais, estima que o aumento dos encargos sociais deverá ser de pelo menos 30%.

Os riscos de mais demissões

As recentes mudanças na área trabalhista aprovadas pela Assembleia Nacional Constituinte deixaram preocupados os representantes de setores do empresário nacional.

O vice-presidente da Federação Nacional dos Bancos, Theophilus de Azeredo Santos, foi categórico ao afirmar que algumas médias empresas terão o seu funcionamento inviabilizado.

Votorantim prevê aumento nos custos por causa dos turnos

por Maria da Graça Mascarenhas de Belo Horizonte

A aprovação pela Constituinte do turno de trabalho de seis horas para as empresas com atividade ininterrupta vai representar um custo adicional grande, de cerca de 12%, para a indústria de base e que terá de ser repassado, pelo menos em parte, para o consumidor.

Segundo ele, toda a indústria de base trabalha com três turmas em jornada de oito horas. Ao se aprovar o turno de seis horas, todo esse segmento industrial precisará de quatro turmas de trabalhadores para executar a mesma produção, o que significa aumentar em 33% a mão-de-obra que trabalha em turnos.

Ermírio de Moraes assinalou que todas as indústrias do seu grupo serão atingidas, porque em todas elas se adota o trabalho em turnos. Em Minas Gerais, segundo ele, o grupo Votorantim tem 6 mil trabalhadores, dos quais 50% trabalham nesse esquema.

Uma alternativa seria, em vez de fazer novas contratações, as empresas pararem a produção por um dia, para manutenção dos

BRASIL População Economicamente Ativa segundo Ramos de Atividade, em 1985. Table with 4 columns: Ramo, População, % do Total, e % do Ramo.

equipamentos, mas essa opção trará grandes transtornos, podendo ser estudada, na opinião do empresário. "Mas não será fácil, inclusive porque há certos setores — como o de alto-forno e aciaria, nas siderúrgicas — que não podem parar."

AS ALTERAÇÕES

Table comparing 'CONSTITUIÇÃO ATUAL' and 'TEXTO APROVADO' for various labor laws.

Rotatividade pode ser maior

por Nilo Sérgio Gomes do Rio

As decisões da Constituinte criando o adicional de férias, a licença paternidade e o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, além de elevar para 50% a hora-extra e 120 dias a licença da gestante, melhoram a vida do trabalhador, mas ainda é pouco diante das reivindicações.

Entre os empresários de dois setores que empregam grande número de mão-de-obra, a repercussão, entretanto, foi negativa. O presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro, Luis Chor, disse que foram decisões tomadas por quem nunca dirigiu uma empresa.

ria em salários, reforçando o poder aquisitivo dos trabalhadores. No setor da construção, Chor informou que o sindicato está levantando o efeito que a adoção dos artigos aprovados na Constituinte terá sobre os custos das empresas. Os cálculos deverão estar prontos nesta semana. A tendência, em sua opinião, é de que o aumento da folha de pagamento inviabilize algumas empresas. Quanto à elevação para 40% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) de pagamento ao trabalhador nos casos de demissões sem justa causa, a situação, a seu ver, ficará complexa, já que a construção civil é tradicionalmente um setor em que existe uma alta rotatividade de mão-de-obra.

O presidente da Asserj afirmou que em um país capitalista não existem benefícios indiretos. "O trabalhador fica recebendo um papel do vale-transporte, outro do vale-refeição e tudo isso é papel. Sou contra qualquer benefício direto ou indireto e defendo que em vez desses

benefícios o que se deve fazer é aumentar o poder de compra dos trabalhadores aumentando os seus salários", afirmou Oliveira Júnior. Os benefícios, em sua opinião, acabam sendo anulados porque a tendência é a empresa repassar tais custos para seus preços finais.

PEQUENAS EMPRESAS

O vice-presidente da Associação Fluminense das Pequenas e Médias Empresas (Flupeme), Benito Paret, considerou que, dentre as medidas votadas na Constituinte, a única que afeta as pequenas e médias empresas refere-se à questão dos 30% a mais de salários de férias. "Isso vai representar 3% a mais de encargos sociais sobre a folha de pagamento das firmas de pequeno porte. E um aumento indireto de custo que, na verdade, não representa ganho de fato para o empregado, pois ampliam-se também os encargos sociais", disse Paret. Um outro ponto de destaque levantado pelo empresário é quanto aos 120 dias de licença maternidade para a mulher. O que fica

TOP DE MARKETING AGORA TEM NOME: SOMAX ADUBOS TREVO S.A. GRUPO LUXMA

O adicional de férias já preocupa empresários do comércio varejista

por Cynthia Malta de São Paulo

Os empresários do comércio varejista que, só na Região Metropolitana de São Paulo, empregam cerca de 185 mil pessoas, consideram o conjunto de medidas sobre direitos trabalhistas aprovadas recentemente pela Constituinte um provável gerador de instabilidade em um mercado de trabalho em retração. No setor, existem empresas cujas contratações de novos empregados estão suspensas desde meados do ano passado.

Na opinião de Nelson Barrizzelli, diretor-geral do grupo SUSA — um dos maiores do País no setor de varejo, reunido a rede de lojas Sears, Sandiz, Ultramar e a cadeia de lanchonetes Bob's —, "a diminuição de oportunidade de emprego deverá ocorrer em futuro breve. Não tomamos decisão nenhuma ainda no sentido de demitir, mas o mercado caminha nessa direção".

Os gastos com folha de pagamento e demais encargos sociais, referentes aos 12,5 mil funcionários do grupo SUSA, representam 70% de suas despesas totais. Segundo cálculos feitos por Barrizzelli, o custo adicional, que o grupo terá com a remuneração de férias (a Constituinte aprovou que as férias anuais devem ser pagas em pelo menos um terço a mais do que o salário normal), deverá refletir um aumento de 2,5% sobre a folha de pagamento anual. "E um aumento totalmente absorvível pela empresa e pode ser compensado com um aumento de produtividade", observou Barrizzelli.

Para o presidente da Marisa Lojas Varejistas S.A. — a quarta maior rede de lojas de tecidos e vestuários do País, segundo a revista Balança Anual —, Bernardo Goldfarb, "as novas medidas, aprovadas em um momento de oferta reduzida de emprego, fa-



Nelson Barrizzelli

zem com que o empresário fique mais crítico, mais preocupado, e continue com seus investimentos paralisados". O presidente da Marisa, que emprega 12 mil pessoas e gasta cerca de 20% de suas despesas totais com folha de pagamento e demais encargos sociais, acredita que as dúvidas que pairam sobre questões como remuneração do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço podem levar empresários a iniciar, em breve, a demissão de empregados com mais tempo de casa. Além disso, Goldfarb condenou a aprovação da medida que concede a licença-paternidade de oito dias.

O presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman, também achou "graciosa" a licença-paternidade de oito dias, mas observou que as decisões tomadas pela Constituinte na última quinta-feira tiveram um saldo positivo. Porém, acrescentou que "caso não haja espaço e condições para que a livre iniciativa possa atuar e ter lucro, esses encargos adicionais não poderão ser pagos".

Os encargos adicionais são vistos com preocupação pelo diretor regional dos supermercados Paes Mendonça, Wander Luiz Vasconcelos. "Se aumentarem os custos, o repasse terá que ser feito" e a situação do comércio não comporta aumento de preços, ponderou. A rede Paes Mendonça possui 15 mil funcionários, número que Vasconcelos considera não poderia ser reduzido.

Sindicalistas aprovam e prometem mais luta

por Célia Rosemblum de São Paulo

"Ficamos na média, não conseguimos o que pretendíamos, mas também não estamos sem nada." Esta análise, feita pelo secretário-geral da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Valdir Vicente de Barros, sintetiza a ideia de algumas correntes do movimento sindical sobre o texto até agora aprovado pela Constituinte quanto aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

"No primeiro momento houve a frustração em relação à estabilidade. Mas, há progressos no texto", avaliou Gilmar Carneiro dos Santos, recém-eleito presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e secretário de imprensa da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Nesta semana, se forem confirmadas as previsões do término da votação do capítulo sobre os Direitos Sociais, a CUT pretende divulgar um boletim nacional com a análise de todos os pontos aprovados.

Como a maior parte dos sindicalistas ouvidos por este jornal, o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, destacou como ponto positivo para os trabalhadores a fixação da jornada de trabalho com carga máxima de 44 horas semanais. Carneiro, da CUT, concordou que a redução foi um progresso, mas afirmou que a entidade continuará mobilizando os trabalhadores para obter em convenções coletivas sua reivindicação inicial: jornada de 40 horas semanais.

O presidente da União Sindical Independente (USI) e presidente da Federação dos Comerciantes de São Paulo, Antônio Pereira

Duras críticas de Gerdau

O presidente da Associação dos Siderúrgicos Privados, Jorge Gerdau Johannpeter, do grupo Gerdau, fez severas críticas à Assembleia Nacional Constituinte, por ter aprovado no capítulo dos direitos sociais textos que considera fora da realidade brasileira, como a jornada de 44 horas semanais e licença de 120 dias para gestantes. O empresário disse que "a ignorância econômica das decisões tomadas vai dificultar ou inviabilizar o caminho da prosperidade real da sociedade brasileira".

Na sua opinião, são "normas artificiais de relações entre empregados e empregadores, não negociadas e não ajustadas às realidades, que vão prejudicar novos investimentos", como disse o repórter Euclides Torres.

Magaldi, declarou estar "satisfeito", com o texto aprovado. Mas, também pretende obter avanços maiores na legislação complementar.

Embora considere que os trabalhadores tiveram ganhos com a instituição de férias acrescidas de um terço do salário, hora-extra em 50% e redução da jornada de trabalho, o economista César Concone, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (DIEESE), explicou que é difícil avaliar o impacto das medidas na folha de pagamentos das empresas. "Faltam definições, tudo foi remetido para discussões posteriores", disse. Ele informou ainda que muitos itens aprovados — hora-extra, licença gestante, abono para férias — já constam em algumas convenções.

WELL, HÃÁ... SE OS SEUS DIÁLOGOS COMEÇAM SEMPRE DO MESMO JEITO, FALE COM A BERLITZ. Centro de Idiomas BERLITZ. O método faz a diferença.